

# MUDANÇA POLÍTICA NA BAHIA: CIRCULAÇÃO, COMPETIÇÃO OU PLURALISMO DE ELITES?

**Paulo Fábio Dantas Neto<sup>1</sup>**

Professor do Departamento de Ciência Política e atual Diretor do Centro de Recursos Humanos – CRH da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Após as eleições de 2006, a política baiana sofreu expressivas modificações. Os grupos políticos adversários do carlismo passaram a ser situação na política estadual, como já eram no plano nacional e na metade dos dez maiores colégios eleitorais do Estado<sup>2</sup>. Em contrapartida, o grupo carlista, após 16 anos de exercício ininterrupto do poder estadual, agora vive a experiência – inédita em suas quatro décadas de existência – de perdê-lo num momento em que se encontra na oposição também no plano federal e nos importantes municípios já referidos.

Conserva o carlismo duas vagas do Estado no Senado Federal<sup>3</sup> (a terceira, que também detinha, foi perdida em 2006, com a eleição de João Durval Carneiro, do PDT, aliado a Jacques Wagner), bancadas ainda significativas, embora decrescentes, na Assembléia Legislativa e na Câmara dos Deputados e ainda a maioria das prefeituras baianas, ao menos nominalmente. Das urnas de 2004, o campo carlista saíra com o controle de 80% das prefeituras, mas a derrota eleitoral de 2006 e um ano de governo do PT remeteram essa condição ao passado. Calcula-se que algo em torno de 120 prefeitos deixaram formalmente o campo carlista e se abrigaram em alguma legenda integrante ou aderente à nova situação estadual, especialmente o PMDB. Quanto às adesões informais, estas só poderão ser mensuradas após as eleições municipais de 2008 e, principalmente, as estaduais de 2010.

As mudanças são relevantes, o resultado eleitoral não era esperado, mas nem por isso tratou-se de raio em céu azul, ou mero acidente de percurso. A consciência

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

<sup>2</sup> Em Vitória da Conquista, Camaçari, Lauro de Freitas e Alagoinhas ganhou o PT; em Salvador, o PDT, aliado ao PT e outros partidos anti-carlistas; Ao carlismo coube vitórias em Feira de Santana, Itabuna, Jequié e Juazeiro. A situação de Ilhéus é singular, pois foi eleito um prefeito filiado ao PMDB, mas em disputa direta com o PT, não podendo este município ser computado nem como exemplo de vitória da então oposição estadual, nem como área de domínio carlista.

<sup>3</sup> Senadores Antonio Carlos Magalhães Júnior e César Borges. Este último, após o falecimento do senador ACM, decidiu sair do DEM e ingressar no PR, por dificuldades de espaço eleitoral e de relacionamento político com o presidente estadual, Paulo Souto, mas até aqui não dá mostras de afastamento em relação ao deputado ACM Neto e à ala mais ortodoxa do carlismo, que sempre integrou.

informada sobre fatos precedentes impõe-se enfrentar, após o fato consumado, o tema da explicação.

Vejo três ordens de fatores que podem ter sido relevantes no resultado da eleição para o Governo da Bahia. Primeiro, o amadurecimento de uma aliança política que conectou o PT à quase totalidade da então oposição baiana. Sem isso, nenhum dos demais fatores que serão posteriormente comentados teria podido atuar de modo tão eficaz. Formou-se, sob a liderança do PT e do seu candidato – mas com participação fluente e cooperativa de aliados relevantes – um campo político que se converteu em real alternativa de poder.

Neste campo refiro-me ao PMDB, partido difuso no interior da Bahia, que propiciou ao aliado acesso a novas áreas, na geografia eleitoral, além de ter contribuído para a criação de condições de governabilidade, através da conquista de expressivas bancadas legislativas, tendo à frente Geddel Vieira Lima, um ex-aliado muito próximo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e hoje ministro de Lula; refiro-me também ao prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro, hoje integrado também ao PMDB, mas que à época das eleições compunha o PDT e que por isso aqui é tratado separadamente, ainda que hoje esteja sob a área de influência do ministro Geddel. O prefeito não se envolveu pessoalmente na campanha com o destaque que se supunha, mas emprestou, na contramão da posição do PDT, seu prestígio pessoal e os então altos índices de aprovação à sua gestão, não só para eleger seu pai ao Senado, como para apoiar Wagner; destaco também a ex-prefeita de Salvador, Lídice da Matta, que com seu modesto PSB, mas uma exuberante votação à Câmara dos Deputados, consolidou a unidade da esquerda e contribuiu para o resultado eleitoral da oposição, especialmente na capital.

Esses aliados relevantes e a convergência de 11 partidos políticos (contando coligados e apoiadores, formais e informais) criaram alternativa de poder nas eleições majoritárias, habilitando a candidatura petista a beneficiar-se de outros fatores favoráveis.

Além do realismo na construção desta aliança, outro aspecto, ainda no âmbito do primeiro fator explicativo da vitória, foi a decisão deste campo político de se opor, de modo abrangente, ao carlismo, recusando o atalho proposto por políticos carlistas que acenavam com a renovação do grupo sem alteração relevante de sua política. Buscavam distinguir, em aspectos adjetivos, de “estilo”, suas imagens pessoais da do senador ACM, mantendo, porém, as redes de lealdade política e apoio social, bem como o *ethos* aclamativo, avesso à competição política, que marcam historicamente o carlismo.

Em segundo lugar, há a influência do fator nacional, sempre decisiva em todas as inflexões da política baiana desde os anos 30. Aqui me refiro não só ao decidido apoio pessoal do candidato Lula. Além deste aporte direto do carisma presidencial e do sempre suposto e enfatizado (com variável grau de preconceito e ironia) efeito eleitoral de programas sociais tipo Bolsa-Família, é preciso considerar a perda, pelo carlismo, de suas posições no governo federal. Se a partir da segunda metade do último mandato de FHC o carlismo já havia perdido seus postos ministeriais e outros nos principais escalões da administração federal, durante o governo Lula viu-se privado, também, dos cargos federais no próprio estado, que antes ocupava em regime de quase monopólio.

Esta perda implicou numa outra: da sua condição de intermediário e procurador político compulsório de lideranças municipais junto a instâncias políticas e burocráticas federais. O realismo analítico demanda um estudo, ainda não efetivado, sobre até que

ponto pode ter influenciado, sobre a vitória eleitoral, essa colocação, a serviço do PT, de meios de comprometimento político ligados a graus de dependência dos municípios em relação ao plano federal, seja pela tradicional via da influência política direta (clientelismo incluído), seja pela da padronização e institucionalização nacional de regras para formulação e implementação de políticas públicas.

Em terceiro lugar ponho o desgaste do grupo que se mantinha há 16 anos no poder em contexto de competição democrática no País, contexto ao qual a Bahia já se integrara, sob polarização política, desde finais da década passada, quando começou a se desfazer a “situação dominante” que, durante os anos FHC, perenizou o clima político aclamativo do tempo da ditadura, quase eliminando a competição política na Bahia.

Na hierarquia dos motivos, o desgaste do carlismo vem em terceiro lugar porque, para percebermos toda a extensão da vitória de Wagner é preciso considerar que ele não derrotou um adversário moribundo. Depois de meia década de declínio do grupo carlista e do seu chefe, a partir de 2005, com a erupção da crise política nacional que colocou o PT em defensiva, o carlismo ganhava fôlego e retomava um viés expansivo, prometendo auto-renovação e cooptando quadros adversários, de que é sintoma o desembarque de um deputado federal e vários quadros municipais do PSDB baiano na candidatura de Paulo Souto, de cujo campo, aliás, nunca se afastou o dissidente – mais anunciado que consumado – Antonio Imbassahy, ex-prefeito carlista de Salvador.

Se é verdade que o carlismo, como um todo, foi golpeado contundentemente pelo resultado eleitoral, também é que, dentro do grupo, ao contrário do que se alardeou, a derrota mais significativa não foi a do senador ACM, que já vinha politicamente declinante há mais de meia década, mas a da política de “renovação por dentro”, proposta por lideranças do que tenho chamado “carlismo pós-carlista”. O eleitorado baiano optou pela renovação política, mas em vez de confiar na renovação passiva do carlismo, a *la* Paulo Souto e Imbassahy, decidiu fazê-la com forte freio de arrumação.

Mas, para além da explicação do fato eleitoral – que já se tornou história – o que pretendo neste texto é interpretar novas tendências que se delineiam na política baiana depois da constituição de novo grupo governante no Estado, formulando uma questão sobre a pertinência de qualificá-lo como nova elite política estadual e/ou de identificar o novo ambiente político baiano com um cenário de pluralismo de elites.

### **“Fim” do carlismo: uma questão fora de foco**

Antes de examinar o que vem ocorrendo na Bahia, do ponto de vista político e administrativo, neste primeiro ano de governo petista, é preciso esclarecer um ponto que, muitas vezes, se antepõe de tal modo às análises, que termina por nelas confundir o principal com o secundário. Trata-se do insistente senso comum que atrela avaliações e prognósticos sobre o caráter e o comportamento político do novo esquema de poder estadual à resolução de uma premissa, qual seja a de saber se o carlismo “morreu”, a partir de sua derrota eleitoral e se está sendo devidamente “sepultado” pelos atos do novo governo. Esta questão apareceu com ainda mais proeminência após o falecimento do senador Antonio Carlos Magalhães, em julho de 2007 e ainda paira como uma nuvem a toldar juízos de muitos dos seus defensores e de vários adversários. Consiste na idéia mítica de que ACM e carlismo eram meros sinônimos. Por essa visão, a missão de mudança do novo governo da Bahia é reduzida a um ritual de sepultamento do carlismo. Além de apequenar uma grande

vitória, essa obsessão pré-democrática pelo enterro do perdedor provém de conclusões precipitadas.

Para nos desvencilharmos deste mantra do senso comum, é preciso que nos entendamos sobre o que chamamos de carlismo. Se por este nome entendemos aquele antigo campo político comandado pessoalmente, unicamente e verticalmente, pelo senador ACM pode-se dizer que esse carlismo não existe mais desde o início da atual década e não apenas depois da morte do senador. Se por carlismo entendemos o grupo político do qual o senador era ainda um dos chefes, mas que já vem sendo dirigido à base de tensões e acordos entre quadros políticos cujos interesses nem sempre coincidem, então o carlismo sobrevive ao senador, até quando não se pode prever de antemão. O grupo está desafiado a se manter unido na oposição, exposto na cena política através do seu núcleo duro, porque sua gordura fisiológica já em boa parte migra para o novo campo governista. Até aqui tem prevalecido o realismo e seus principais atores não se dividiram, mas é impossível dizer se esta tendência se confirmará e por quanto tempo.

Mas, além dessas duas maneiras de definir o carlismo, há uma terceira, que me parece bem mais interessante de discutir. Trata-se de pensar o carlismo não apenas como um grupo político, mas como uma “política”, ou um modo de fazer política que tenho procurado definir como a versão baiana da modernização conservadora brasileira, isto é, a versão baiana de um *mix* de modernização econômica e conservadorismo político que, embora com variações de estilo e nas suas bases sociais, foi uma fórmula hegemônica na maior parte da história republicana brasileira, sob diferentes regimes políticos.

Em que consiste esse *elán* de modernização econômica? Em associar-se, a cada momento, aos movimentos de ponta do capitalismo brasileiro. Antes de 64, isto se deu através do nacional-desenvolvimentismo; depois do golpe, através de um desenvolvimentismo também com forte presença estatal, mas com orientação econômica subordinada ao setor externo; nos anos 90 pela chamada onda neo-liberal. Em todos esses momentos, a elite baiana não perdeu tempo em arroubos contestatórios aos modelos econômicos dominantes: pragmaticamente a eles se associou, como sócio minoritário e captou, por esse meio, investimentos que mudaram a face econômica do Estado, no sentido da modernização capitalista.

E em que consiste esse conservadorismo político adaptado à “baianidade”? Primeiro, numa concepção vertical da política, isto é, valorização unilateral da autoridade da elite governante, vista como único agente capaz de promover o bem comum (se for competente, o estado prosperará; se não, fracassará), sendo o critério de competência fortemente ligado às *performances* econômica e administrativa.

Segundo, numa visão sobre democracia adstrita ao modelo de “democracia eleitoral”. Ao povo cabe, no máximo, se o regime for de competição democrática (mas nem precisa ser, pois a fórmula vale tanto nas democracias quanto nas ditaduras), escolher a elite a governá-lo. Qualquer papel que vá além do de conferir legitimidade eleitoral à elite governante merece desconfiança, é risco de instabilidade, ineficiência, “moleza”.

Terceiro, para esse conservadorismo a legitimação tem de ser aclamativa, tendendo à unanimidade. Noutras palavras, a elite política deve resumir-se à elite governante. O conflito político é demonizado, o pluralismo desprezado e os adversários estigmatizados como “inimigos da Bahia”. Esta seria um todo homogêneo, cujo interesse e pensamento confundem-se com os da elite dirigente, que “traduz” o povo, adulando-o como ente retórico, mas anulando-o como ente político e

convertendo-o em multidão de baianos trabalhadores, criativos, lindos, felizes, criaturas culturalmente exuberantes e politicamente infantis, cativas da tutela da liderança “competente” e amante da Bahia.

Se tomarmos o carlismo nesta acepção mais ampla, a situação sugere ainda menos a idéia de ocaso do carlismo, do que se tomássemos este na sua acepção mais restrita de um agrupamento político-partidário. Afirmar que pelo fato do grupo político carlista ter perdido a eleição esta “política”, ou este modo de fazer política que define o carlismo foi sepultado, ou mesmo que deixou de ser influente, é, no mínimo, uma precipitação.

O carlismo histórico conheceu duas fases. O *primeiro carlismo*, temporalmente mais breve, teve, do final dos 60 à primeira metade dos 70, uma atuação basicamente restrita ao plano estadual. O grupo tornou-se, então, a corrente política mais forte da elite governante, mas não chegou a exercer hegemonia incontestável no Estado.

Seguiu-se o que chamo de *carlismo baiano-nacional*<sup>4</sup>, de meados dos 70 até perto do final dos 90, período em que esmagou concorrentes e exerceu hegemonia quase ininterrupta. Durante todo este período jogou papel preponderante a influência nacional de Antonio Carlos Magalhães e, nos anos 90, a partir do acordo nacional com o PSDB e FHC, também a do seu filho, Luís Eduardo Magalhães.

As circunstâncias que passaram a incidir sobre o grupo político carlista desde o início da presente década já o obrigavam a retornar a uma atuação mais restrita ao plano estadual – como nos seus primeiros tempos, no início dos anos 70 – e a observar, em sua cúpula, uma dinâmica de direção menos personalizada, ainda que se mantivesse a postura vertical no relacionamento com bases parlamentares e municipais.

Nos últimos anos houve perda de força do grupo como um todo, perda, contudo, menos intensa do que o declínio pessoal de ACM. Apesar disso, não houve, até as eleições de 2006, afastamento entre este e o então governador Paulo Souto. E a saída, também em 2006, do ex-prefeito Imbassahy do ex-PFL, significou menos divisão no campo carlista e mais, como já dito, incorporação de parte do PSDB a este campo, movimento revertido após a vitória petista nas eleições.

Durante a fase de articulações pré-eleitorais, Souto e Imbassahy agiram, no mais das vezes, como grupo único e não se via diferença substantiva entre sua política e a do senador ACM. Por não dispor de base política ou social alternativa para ganhar uma eleição majoritária, mesmo após sua filiação ao PSDB, o ex-prefeito carlista, a rigor, não se desvinculou do esquema. O êxito de sua candidatura ao Senado dependia, de um lado, de uma aliança informal com Souto, e, de outro, do apoio de parte da oposição. As vitórias simultâneas e equivalentes das candidaturas do PT ao Governo e do PDT ao Senado mostraram que o malabarismo verbal em favor de uma suposta terceira via encontrou limite na bi-polaridade da política real.

Esta bi-polaridade tende a se manter, ao menos no curto prazo, mas a dinâmica política futura não deve fidelidade necessária às tendências hoje detectáveis. Prever que o grupo carlista se manterá como núcleo e eixo da oposição ao governo Wagner não é nenhuma imprudência. Mas são questões em aberto o grau de relevância e coesão desta oposição e a conservação, maior ou menor, em sua atuação política, de traços característicos que o carlismo desenvolveu historicamente.

---

<sup>4</sup> Tomo o termo “baiano-nacional” emprestado à socióloga Maria Brandão, que o criou.

Passado o impacto imediato da derrota, já se detectava, no interior do carlismo, dois movimentos: a perda da gordura fisiológica, que, conforme sua vocação, se direcionava à base do governo, e ensaios ainda erráticos de realinhamento entre suas principais lideranças. Após a morte do senador ACM tais processos ganharam velocidade.

Como já dito, ainda não se pode medir com clareza a abrangência e profundidade do primeiro movimento, no que tange à política municipal. Suponho que isso seja possível quando ficar nítido o quadro dos alinhamentos voltados às disputa eleitorais de 2008 e 2010. Por outro lado, na bancada federal carlista as mudanças até aqui identificadas, ou previstas, não podem ser exclusiva e indubitavelmente creditadas a desdobramentos da política estadual, uma vez que aí também interferem fatores ligados à política nacional, aqui não analisados. Mas no plano da correlação de forças na Assembléia Legislativa creio que já se pode ter idéia mais clara de para onde apontam os fatos.

Devem ser relativizadas as adesões de deputados ex-carlistas ao governo Wagner. A perda dessa gordura não inviabiliza o grupo, mas tende a deixá-lo cada vez mais exposto na cena política com seu “núcleo duro”, cujo líder “natural” seria Paulo Souto, por sua discreta lealdade à unidade do grupo, enquanto esteve à frente do governo.

O ex-governador, contudo, oscilou entre reações imediatas a críticas e denúncias administrativas feitas por atuais dirigentes do Estado à sua gestão e uma certa indeterminação política que permitiu maior migração pro-governista de deputados ligados à sua liderança pessoal do que daqueles ligados ao carlismo mais “ortodoxo”. Diante deste quadro não faltaram, a princípio, especulações sobre uma migração do próprio ex-governador para o PSDB, como ponte indireta para - diferentemente do que ocorreu quando da ida de Imbassahy – uma incorporação mediata sua ao campo liderado por seus adversários. Tais especulações estancaram após a escolha de Souto para presidir o DEM no Estado, fato em si mesmo revelador das intenções de unidade que predominam no grupo.

O espaço oposicionista ao novo governo estadual vem sendo ocupado mais afirmativamente pelos deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e José Carlos Aleluia, que deram, desde as eleições, sinais públicos de aliança pragmática pela demarcação de um campo oposicionista na Bahia, em sintonia com o movimento nacional de renovação do ex-PFL, que resultou na fundação do DEM. Esta aproximação entre o neto de ACM e um deputado que sempre teve autonomia maior em relação ao senador do que todos os demais políticos do grupo carlista não é, contudo, isenta de contradições.

No início do ano legislativo de 2007, ainda com ACM vivo, Aleluia e o carlismo “ortodoxo” divergiram em torno do preenchimento de cargos para a direção nacional do DEM, mas este fato enquadra-se no padrão de atuação observado pelo deputado Aleluia há bastante tempo e por ele mesmo declarado em entrevista ao *Jornal A Tarde*, no início de 2006: divergências com o senador ACM na política nacional não impediam estarem ambos “no mesmo barco”, na política estadual.

Seja como for, consoante ao perfil nacional do partido que abriga o carlismo, no trabalho de oposição ao novo governo estadual, o grupo assume mais a face Luís Eduardo Magalhães do que a face ACM, isto é, combina o mais ortodoxo empenho pela conservação da unidade vertical do grupo, com uma imagem “moderna” e um discurso político liberal, alicerçados em alianças nacionais.

Por esses motivos, previsões apocalípticas sobre o destino do carlismo devem ser postas à parte e vistas como tributárias de apelos propagandísticos. O que por enquanto se pode afirmar é que chegou a hora de entender que não só após o último pleito e o desaparecimento de ACM, mas desde pelo menos o ano de 2002, a política baiana é competitiva, logo, o revezamento de grupos políticos no governo estadual tende a ser, doravante, um saudável hábito republicano. Se não se pode daí concluir por uma poliarquia, ou mesmo por competição de elites no sentido schumpeteriano<sup>5</sup>, no mínimo, é possível ver que há uma competição efetiva pelos postos de governo.

### **A fusão das antigas “oposições” no novo campo governista**

Para entender a formação do campo político que hoje governa a Bahia, sob a liderança do PT, é preciso recuar, pelo menos, ao final da década passada, quando a elite política governante no Estado começou a sentir os primeiros abalos no consenso passivo que sustentou o seu domínio durante toda a década dos 90.

A consolidação da hegemonia do carlismo na Bahia, na fase pós-democratização, não se dá em 1985 (em 86 o grupo sofreu a sua até aqui maior derrota eleitoral no Estado) e sim no início da década seguinte, com a eleição de Antonio Carlos Magalhães para governador, em 1990 e, principalmente, a partir de 1993, através da aliança com o PSDB para a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

Momentos de inflexão e transição foram mais significativos na trajetória do carlismo do que períodos de situações estáveis. A chave para entender isso é entender o carlismo histórico naquela acepção mais ampla, entre as aqui mencionadas, isto é, como força política integrante de um campo político nacional (o da modernização conservadora), do qual nunca se afastou. Esta ligação permitiu ao grupo replicar revezes pontuais sofridos na política estadual, através da conquista de posições federais que garantiram recursos de poder capazes de reverter os quadros adversos, antes que no Estado houvesse mudança duradoura da elite política.

O campo político que hoje constitui o governo Wagner começou a se delinear durante os últimos atos do *carlismo baiano-nacional*, ou primórdios do *carlismo pós-carlista*, denominação aqui referida ao período mais recente da trajetória, em que a estratégia do grupo passou a sofrer revezes mais conseqüentes que os anteriores, mediante o declínio político de seu protagonista e após o falecimento de Luís Eduardo, em 1998, marco do auge do domínio do grupo e do início de seu refluxo.

A partir daí reanimou-se, com novos atores, a bi-polaridade carlismo / anti-carlismo, que, nascida durante o regime militar, prosperara na longa transição democrática. Ela havia sido objetivamente neutralizada pela “situação dominante” nos anos 90, que pulverizou de tal modo a oposição a ponto desta sequer se constituir num pólo a disputar o poder estadual. Na nova fase, o PT constituía-se, como fora o PMDB nos anos 80, em eixo canalizador das insatisfações anti-carlistas.

Neste novo cenário bi-polar – contemporâneo e tributário dos revezes sofridos pelo carlismo na política nacional – o *carlismo pós-carlista* começou, lentamente, como já frisado, a recuar à dimensão basicamente estadual dos tempos do *primeiro*

---

<sup>5</sup> Ou seja, que o ambiente político não preencha devidamente condições de participação e competição propostas por Dahl para efetivação de um pluralismo de tipo poliárquico, nem se possa afirmar que os grupos que se revezam no governo expressem de fato elites competitivas diversas, como em Schumpeter.

*carlismo*. Esta gradual circunscrição obrigou o grupo a abandonar seu viés expansivo e a adotar estratégias defensivas, para tentar manter o poder estadual. Conseguiu-o em 2002, já em condições de grande risco eleitoral, mas não mais em 2006.

Já foi demonstrado<sup>6</sup> que, mesmo quando venceu quatro eleições para o Governo do Estado, de 1990 a 2002, o patamar de votos do carlismo nunca foi além de um terço do eleitorado baiano. Os índices de alienação eleitoral na Bahia (abstenção+ votos nulos e em branco) estiveram bem acima da média nacional, ou mesmo nordestina, durante toda a década dos 90 (DANTAS NETO, 2002). Este quadro só se alterou em 2002, quando a oposição petista, pela primeira vez, mostrou-se como alternativa de poder, capturou boa parte dessa alienação e também muitos votos dos demais grupos de oposição.

A partir daí o carlismo, embora mantendo seu patamar eleitoral, passou a ser ameaçado por real polarização. Na mesma eleição de 2002, o campo político carlista perdeu expressivo número de cadeiras na Câmara dos Deputados e, principalmente, na Assembléia Legislativa, onde recuou em cerca de 25% (DANTAS NETO, 2002).

A realidade eleitoral refletia, por sua vez, a perda importante de recursos extra-eleitorais e até extra-legais de poder, que estiveram disponíveis ao carlismo durante os anos 90, alguns deles bem antes disso, mercê do consenso passivo que obteve, da parte da elite baiana. Influência no Poder Judiciário, controle dos Tribunais de Contas, influência e/ou propriedade de importantes veículos de comunicação são exemplos de recursos erodidos entre 1999 e 2002, que determinaram a conversão da antiga *situação dominante* em *bi-polaridade competitiva*. A estes é preciso acrescentar a perda de posições no governo federal, a partir do segundo governo FHC (DANTAS NETO, 2002; 2003; 2006) e a redução a quase zero da influência federal, durante o governo Lula.

O PT foi o grande beneficiário da erosão dos recursos extra-eleitorais do carlismo, já antes, mas principalmente após a vitória de Lula em 2002. Isto lhe permitiu, naquele ano, avançar sobre áreas de alienação eleitoral e, em 2006, sobre os próprios redutos carlistas. E, à medida em que demonstrava deter em suas mãos esses recursos de poder, tradicionais organizadores da política, aumentava a sua capacidade de atração de novos aliados. A ampla aliança de 2006, independentemente de ter sido fruto de um amadurecimento estratégico do PT, derivou deste objetivo empoderamento. Constituíram-se, assim, as premissas para que o partido do Presidente da República passasse a atuar na política estadual como um protagonista com ares de contra-elite.

Seria, entretanto, excessivamente parcial uma análise que não considerasse, também, o movimento de outros atores relevantes, além do PT. Já frisei os papéis eleitorais cumpridos (pessoalmente e enquanto expressões de seus respectivos partidos) pelo prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro, pelo então deputado, hoje ministro, Geddel Vieira Lima e pela deputada Lídice da Matta. Não me alongarei neste tema. Passo a examinar papéis dessas mesmas forças políticas, não mais no processo eleitoral, mas na construção do campo político governante. Será um complemento ao tópico que aqui se conclui e, ao mesmo tempo, um intróito ao tópico seguinte, no qual tentarei discutir o novo poder petista, analisando-o sob dois focos: o da liderança política e o da ocupação dos postos de Governo<sup>7</sup>. Essas dimensões são importantes para associar, ou não, a nova situação à formação de nova elite política.

---

<sup>6</sup> SILVA NETO, Joviniano de C. "Efeitos de uma renúncia". *Correio Braziliense*, 03.06.01; DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista*. [www.fundaj.gov.br/observanordeste](http://www.fundaj.gov.br/observanordeste), 2002.

<sup>7</sup> A distinção é de Sartori (1994).



## Os aliados mais relevantes

Começo pelo prefeito de Salvador, aliado eleitoral do PT que não chegou a se converter em parceiro no governo estadual. As razões disso resultam, em parte, de critérios políticos adotados pelo governador eleito para formar sua equipe, em outra parte também do perfil peculiar do prefeito e do efeito negativo imprevisto que a vitória petista objetivamente causou aos planos de desenvolvimento de sua carreira política, mirada, até antes do resultado das urnas de 2006, na disputa do governo estadual em 2010, preferencialmente (embora não obrigatoriamente) com apoio do PT.

A vitória de João Henrique nas eleições de 2004 provocara expectativas de avanço da oposição ao carlismo na Bahia (o que de fato se deu), mas dos espíritos mais atentos não esteve ausente uma preocupação quanto às suas reais possibilidades de êxito na gestão de uma cidade complexa, à frente de um poder municipal historicamente refém de duas graves precariedades, que se inter-relacionam: a da sua situação financeira e a da legitimidade política de sua autoridade. Hoje há fatos a dar razão àqueles temores.

No plano das finanças municipais (que não tenho espaço nem elementos para analisar em profundidade aqui), não se tem notícia de qualquer iniciativa conseqüente do Poder Municipal no sentido de enfrentar a combinação explosiva de precária receita e demandas urbanas responsáveis por alta pressão sobre as despesas. Consta, aliás, que um projeto de reforma tributária municipal, preparado na Secretaria da Fazenda, esbarrou na indisposição (ou impossibilidade) do prefeito de enfrentar interesses que o mesmo projeto precisaria contrariar<sup>8</sup>. Tais expectativas, o prefeito agora, em 2008, admite remeter ao segundo mandato que pretende obter, ao se referir à necessidade de, no caso do IPTU, revisar “a planta genérica dos valores, para atribuir valores mais reais aos imóveis”<sup>9</sup>.

São evidências genéricas, certamente incapazes de iluminar toda uma complexa situação, mas testemunham a favor da idéia de que o prefeito não demonstrou, ao assumir o cargo, consciência da delicadeza de sua missão ao herdar uma administração sufocada por prolongada crise financeira desde os anos 80, realidade mascarada, à custa da autonomia política da cidade, pela ventilação mecânica que lhe ofereceu o Governo do Estado durante os oito anos de gestão carlista. Em vez disso, dele partiu a tentativa de manter a ventilação, ao sugerir, logo após a eleição de 2006, ao governador eleito Jacques Wagner, que indicasse o secretário de Fazenda de Salvador.

Desde 2007, com a adesão do prefeito ao PMDB e à liderança política do ministro Geddel Vieira Lima, há sinais de desafogo nas finanças de curto prazo da Prefeitura, que tem sido capaz, por exemplo, de equacionar o antes complexo problema do pagamento em dia da folha de pessoal e ainda sustentar uma certa política de reposição de perdas. Enquanto se especula sobre a fonte política do alívio, ignora-se a fonte financeira, mas há motivos para crer que a Prefeitura de Salvador obteve, ao menos para o ano eleitoral de 2008, a ventilação mecânica que buscava.

---

<sup>8</sup> A rumorosa saída do cargo, em 2006, do ex-secretário da Fazenda, Reub Celestino, sugeriu, também, que o pêndulo da gestão não se inclinava à austeridade e o que se assistiu, durante aquele ano eleitoral, foi a pouca prudência – para dizer o mínimo – na utilização da estrutura administrativa da Prefeitura *vis-à-vis* os requerimentos eleitorais de candidaturas “da casa” do prefeito. Coincidência ou não, em três anos de gestão quatro secretários já passaram pela pasta da Fazenda.

<sup>9</sup> Entrevista ao jornal *A Tarde*, em 24.02.08

Ao lado disso, em várias frentes a condução administrativa da Prefeitura deu, crescentemente, lugar a objeções por parte de seus aliados “à esquerda”, seja por ausência de visão abrangente da cidade (segundo um *slogan* da gestão, imitando o do seu pai no governo do estado nos anos 80, um grande governo se faz com pequenas obras), seja por fatos específicos ocorridos em algumas áreas da administração.

Sem pretensão de exaustividade ou rigor analítico, alguns exemplos ilustrativos do espaço que se abriu para uma oposição “à esquerda” ao governo João Henrique são: a auto-exoneração de um Secretário do Planejamento, um arquiteto a quem se atribuiu inconformismo com o favorecimento de interesses imobiliários no processo de discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município, com referência à liberação de gabaritos na orla marítima; um rumoroso caso da construção de barracas de praia sem licenciamento ambiental; hesitações na Saúde, na apuração de denúncias de irregularidades na gestão anterior, com evidente falta de apoio político do prefeito a iniciativas do secretário da área, que também acabou se exonerando.

A condução das discussões em torno do Plano Diretor terminaram como a gota d’água (ou o pretexto) para que as objeções dos aliados “à esquerda” se convertessem em rompimentos, a ponto da situação pré-eleitoral em 2008 indicar que, no primeiro turno, o prefeito concorrerá à reeleição sem o apoio do conjunto dos seus ex-aliados.

Vale notar a fluidez dos compromissos do prefeito João Henrique no plano das relações políticas. Durante as articulações para as eleições de 2006, oscilou várias vezes entre expectativas de aliança com o PSDB (seu aliado de primeira hora nas eleições de 2004) para apoio a uma candidatura ao governo do seu pai – ex-governador, hoje senador João Durval Carneiro – e a aliança, enfim consumada, com o candidato do PT. E não deixou de flertar, mais ou menos explicitamente, com o governador de então, Paulo Souto, movimentos sempre ancorados no mote da busca de “apoio a Salvador”.

Enquanto as urnas não falaram, esta *performance* errática deu lugar a ambíguas percepções. De um lado, os mais céticos viam consolidar-se no prefeito uma vocação para uma política extremamente individualista e assim firmar-se em torno dele uma reputação de interlocutor inconfiável; de outro, percepções otimistas nele localizavam o líder de um terceiro eixo, entre o carlismo e o PT, suposto estuário por onde deveriam escoar as águas oposicionistas em 2010, após a nova vitória, então prevista, do carlismo nas eleições ao governo estadual em 2006.

Esta vitória “quase certa” anunciava-se – apesar do aberto continuísmo que ensejaria – como uma “renovação”, dado que poderia representar um isolamento da figura pessoal do senador ACM, posto em xeque por aliados seus, que alimentavam a idéia de um “novo” governo Souto, ainda mais autônomo face ao senador, combinada à de uma vitória, na disputa senatorial, do ex-prefeito carlista Antonio Imbassahy. A adesão deste ao PSDB era, como já frisado, expressão da pretensão do *carlismo pós-carlista* de atrair para esta “renovação por dentro” do seu próprio grupo, uma banda da oposição, situada no PSDB e além dele, seduzida pela falsa idéia de ter cooptado Imbassahy.

O *script* era claro e não era novidade em relação ao que o próprio ACM operara em outros momentos de sua trajetória de dirigente maior da elite política baiana: criar na Bahia um poderoso eixo, em torno do qual se estabelecesse um consenso passivo, ao mesmo tempo modernizante e conservador, isolando, simultaneamente, ACM e PT e neutralizando o prefeito de Salvador, a quem se daria a

opção de aderir, subalternamente, ao esquema, ou tornar-se herdeiro eleitoral bastardo de uma oposição fragilizada, devolvida à pulverização dos anos 90.

Esta conspiração de filhos pródigos, aprendizes de feiticeiro, gorou na precisa reação estratégica daqueles que, segundo o *script*, seriam as vítimas. O senador ACM usou a influência que lhe restava no PFL estadual para impor a Souto apoiar a candidatura ao Senado de Rodolfo Tourinho, pondo um dique a pretensões de Imbassahy de vir a ser o candidato “de fato” do PFL. E o PT incorporou à sua aliança setores relevantes do anti-carlismo fulanístico, que seriam, em tese, instrumentos úteis à estratégia tucano-soutista: o prefeito João Henrique, com seu então PDT e o deputado Geddel Vieira Lima, com seu hoje forte PMDB.

Mais que na precisão das estratégias adversárias, o projeto do *carlismo pós-carlista* esbarrou na decisão do eleitor baiano de votar em sintonia com elas, pela renovação da política estadual, mas dizendo não à idéia de fazer um carlismo suceder a outro. Todas as gerações e matizes estilísticos do carlismo dos anos 90 foram remetidos à oposição.

Quanto ao prefeito de Salvador, privado da vantagem de navegar no vácuo, teve seus vãos eleitorais seriamente limitados pela vitória do PT. Já não falta a este partido e seus atuais aliados a perspectiva hegemônica que lhes faltava nas eleições de 2004 e que possibilitaram a João Henrique fazer seu vôo *sollo* em céu de brigadeiro (DANTAS NETO, 2005). A arena política está ocupada e desnuda-se a bipolaridade entre o bloco governante (PT/PMDB/PSB/PCdoB/PV e outros) e o “núcleo duro” do carlismo, derivada da polaridade carlismo/PT, que marcava a política baiana há quase uma década, mas que só após as eleições de 2006 tornou-se visível a olhos mais nus.

Entre esses dois blocos move-se uma miríade de interesses políticos mais ou menos fragmentados, que não se resume à gordura fisiológica que se desprende do carlismo e adere ao novo governo, nem a partidos ex-oposicionistas menores, em refluxo, que não se tornaram governistas, como PDT e PPS. Também não deixam de ser um fragmento entre os blocos o PSDB – hoje refém do projeto pessoal de seu candidato a prefeito, Antonio Imbassahy – e o grupo de João Henrique, que na falta de estrutura partidária relevante para abrigar seu projeto pessoal, caiu nas malhas do ministro Geddel e do PMDB, dos quais tornou-se, a um só tempo, beneficiário e refém. O PMDB, por sua vez, se não chega a ser um pólo, já não é também mero fragmento, merecendo análise à parte.

Assim como as tensões internas no carlismo, já aqui comentadas, o fortalecimento do PMDB e, especialmente, da liderança e visibilidade do ministro Geddel Vieira Lima é um fator a indicar que a noção de bipolaridade explica, no atacado, a política baiana atual, mas não dá conta de toda a complexidade que sob aquela noção se oculta, com cada vez mais dificuldade.

O “fator Geddel” desperta, no *establishment* petista estadual, uma sensação mista de segurança e receio. Por um lado dá, em tese, mais tranquilidade às relações com a Assembléia Legislativa (o PMDB tem a terceira maior bancada) e pode concretizar, através de um ministério espaçoso (para além dos laços Wagner-Lula), apoio administrativo federal à gestão estadual e contribui para criar uma unidade fundamental para o futuro político do atual governador. Por outro lado, insinua-se a tendência do PMDB, servindo de receptáculo ao adesismo pós-eleitoral que emagrece o carlismo, vir a se tornar concorrente do PT em muitas disputas municipais em 2008. Do mesmo modo tende a participar, com fatia maior que a prevista, de projetos e cargos federais incidentes sobre a Bahia, uma vez que o ministro Geddel conta, para

sustentar sua influência enquanto ministro, não apenas com o governador da Bahia, mas com o peso da bancada peemedebista na Câmara dos Deputados.

O ministro Geddel Vieira Lima trabalha articulando, como fez o carlismo durante muitos anos, numa só estratégia política, objetivos ligados às políticas estadual e nacional. Usou com muita habilidade o apoio que deu à candidatura e dá ao governo de Wagner para obter deste o apoio à sua pretensão ministerial, mas também viabilizou esta pretensão junto à bancada federal do PMDB nacional, fazendo incidir sobre a Bahia a influência obtida naquela arena política. Depois que o ministério foi conquistado, a estratégia passou a ser praticada em maior escala, buscando, no exercício do cargo, crescente autonomia face à mediação de Wagner, no contacto com o Presidente da República. E para o caso do Governador tentar, reciprocamente, uma autonomia no trato com as bases municipais e a bancada estadual do PMDB, Geddel demonstra estar precavido ao deixar ninguém menos que um irmão no comando do partido no Estado. Os sinais são de que a corte brasiliense será vivida intensamente, mas sem descuidar de ter na província um porto seguro. Quem levar em conta o que foi a tessitura baiano-nacional do carlismo sabe que a animosidade que o ministro sustentou com ACM até a sua morte, não exclui, entre os dois, uma relação de mestre e discípulo.

O anti-carlismo fulanístico do ministro Geddel não oferece óbices a uma futura ampliação do seu arco de alianças em direção a setores do carlismo. Este flerte já ocorreu com Paulo Souto durante as próprias articulações pré-eleitorais de 2006 (antes de Geddel fechar seu apoio a Wagner) e pode voltar a se dar, com ou sem a parceria do governador. Se esta parceria, obstinadamente cultivada por Geddel, pode até inibir uma aproximação com o ex-governador, ela é fundamental e já vem se dando para a cooptação de parte do seu espólio, da qual o PMDB tem sido o partido mais beneficiado.

Neste plano o PMDB superou o PSDB, seu rival no campo do que se pode chamar de anti-carlismo fulanístico. Estes dois partidos foram seduzidos, em diversos momentos, desde os anos 90, pela idéia da terceira via. Mas esta sempre dependeu da hipótese de cooptar alguma liderança carlista incompatibilizada com ACM. O PSDB ganhou Imbassahy e não levou. O PMDB incorporou-se ao campo Lula/Wagner e prosperou.

Agora, pela primeira vez, o PMDB – que em outros tempos, já sob a liderança de Geddel, chegou a aderir formalmente ao carlismo – pode se organizar para ser, ele mesmo, a terceira via. Mas o realismo político do ministro não dá sinais de querer antecipá-la. Indica que respeitará 2010 como horizonte de continuidade da aliança com o PT. Na escola onde aprendeu a fazer política, também vale a máxima “a cada dia, a sua agonia”.

Hoje, as transformações pelas quais passa a política baiana (limitadas, contudo, pela bipolaridade básica entre PT e carlismo) indicam, a olho nu, que na eventualidade de qualquer quadro carlista se sentir desconfortável no campo liderado pelo DEM, duas opções lhe seriam, a princípio, oferecidas: aliar-se aos tucanos, no curto prazo, mas acabar de volta ao ninho carlista, numa eventual disputa de segundo turno, ou aderir ao campo governista, pela via do PMDB.

Durante o ano de 2007, a política “real” mostrou, no entanto, que há outra brecha à disposição dos eventuais desembarcados do ex-PFL, em razão da perda de recursos e argumentos do núcleo duro do carlismo para segurar seus aliados. Entre os riscos de uma terceira via na companhia dos tucanos e a adesão incondicional ao esquema PT / PMDB, um campo “independente” de deputados ex-carlistas busca um

caminho intermediário: abrigo no PP ou no PR, partidos da tradicional base carlista que integram a base governista federal e que se aproximaram também do governo Wagner. Para o PR dirigiu-se, inclusive, sintomaticamente, o senador César Borges, carlista ortodoxo, cujo espaço eleitoral no DEM se estreitou.

As posições da bancada do PP e os movimentos em direção ao PR permitem, a princípio, aos políticos que os seguem, escaparem do duplo sereno da oposição estadual e nacional, sem descartar a hipótese de se recomparam, adiante, com o carlismo, a depender das performances eleitorais de ACM Neto e Imbassahy em suas prováveis candidaturas à prefeitura de Salvador em 2008 e da possibilidade de Paulo Souto manter competitiva a sua candidatura ao Governo, em 2010. Isto, por ora, serve a articulações da base do governo Lula e, por tabela, compromete o Governo Wagner, mesmo que encerre, para este, um risco de cilada.

A política nacional jogará, como sempre, papel relevante. As recentes incursões do STF em direção a uma reforma política já pôs restrições a movimentos de migração partidária que se imaginava mais livres. Mas o quadro sucessório do presidente Lula certamente oferecerá mais balizas, talvez algumas em sentido oposto. Se a aliança PSDB/DEM de refizer competitivamente e dependendo da solução sucessória apresentada pelo “lulismo”, o que hoje é adesismo tem chance de retornar, no plano da política estadual, ao leito antigo. Acrescente-se que a ausência de ACM remove um obstáculo à inclusão dos tucanos neste cenário de reunificação do “grande carlismo”.

Esses movimentos defensivos de políticos derrotados em 2006, em parte refletem estratégias dos vencedores e em parte repercutem sobre elas. Refletem, por exemplo, o atrelamento da política de alianças do governo Wagner a interesses do Governo Federal. O adesismo de políticos desembarcados do carlismo é estimulado, pois, mesmo que em tese o governo estadual já não dependa deles para ter maioria na Assembléia Legislativa, é levado a considerá-los com mais peso devido à lógica nacional. Este é um dos sub-produtos de uma situação política criada na Bahia a partir de uma estratégia fundada, em grande medida, em expectativas de mudança via apoio do governo Lula.

Mas também podem atuar na mesma direção – da valorização da periferia migrante – motivos ligados à formação de uma ampla frente voltada à reeleição do governador. E o próprio crescimento e comportamento expansivo do PMDB tem sugerido a setores ligados ao governador a opção de prestigiar o PR, por exemplo, como captador de novas adesões, um modo de diminuir os benefícios auferidos pelo PMDB com o desprendimento da gordura periférica do carlismo. De qualquer modo, já passa de uma dezena o número de deputados que aderiram, ou foram cooptados desde as eleições de 2006, número que somado aos que se declaram independentes subtrai força do carlismo a ponto de deixá-lo com uma bancada em torno de um quarto do colegiado legislativo.

Outros aspectos do movimento da periferia migrante do carlismo, em vez de refletirem, repercutem sobre estratégias do campo governista estadual. Setores do PT mostram inquietação com o possível condicionamento que esta lógica de “ampliação” exercerá sobre a posição do partido nas eleições municipais de 2008. Além de se preparar para um confronto eleitoral com um PMDB fortalecido em vários municípios, o partido do governador ainda terá que considerar a hipótese de abrir mão de candidaturas próprias para evitar confronto com o aliado, como no caso de Salvador, onde esta é, até aqui, a orientação do governador Wagner, na contramão da pretensão do deputado Nelson Pelegrino de disputar, mais uma vez, o poder municipal da capital. Candidaturas rebeldes em relação à linha do Poder Executivo Estadual

podem ser, portanto, um dos sub-produtos da ainda surda disputa PT x PMDB, provocada pelas correntes migratórias que fortalecem o segundo.

Se em seu partido o governador tem dificuldades, parece estar sendo bem sucedido em afastar a hipótese de dissenso de outra aliada de 2006, a ex-prefeita Lídice da Matta, do PSB, que até aqui se posiciona afinada consigo. Mesmo a recente posição do PSB de se afastar da gestão de João Henrique e lançar a candidatura de Lídice ao cargo foi feita delicadamente, para não colocar o governador em dilema e não destruir pontes de entendimento futuro com o PMDB. Desdobramentos da sucessão presidencial – que incluem o destino da possível candidatura de Ciro Gomes, do mesmo PSB – podem, ou não, alterar esta sintonia.

Diferentemente do prefeito João Henrique – que ao aderir ao PMDB circunscreveu sua ação ao plano municipal e passa a ter, ao menos dentro de seu campo de aliança atual, a reeleição como única opção de cargo majoritário – para Lídice da Matta e o PSB o entendimento com o governador e o PMDB, dentro da premissa de manutenção dessa aliança estadual, pode envolver tanto a disputa para a Prefeitura de Salvador (ao que parece, já pensando no segundo turno) como uma vaga, ao lado de Wagner e Geddel, na competição majoritária estadual, em 2010. E se especulações cabem, neste quadro ainda nebuloso, ao governador não seria desagradável ver Lídice na Prefeitura, deixando espaço maior, na chapa majoritária de 2010, para alianças com forças egressas do carlismo e/ou com correntes adversárias dentro do PT.

Considere-se, por outro lado, que, em razão da disputa de 2010, um provável campo se comporá entre o ex-prefeito Imbassahy (PSDB) e o deputado ACM Neto (DEM) no segundo turno das eleições municipais de Salvador. A candidatura de ACM Neto a prefeito tem tudo para ser bem sucedida na missão de deter a dispersão do grupo carlista, influir no segundo turno e, assim, acumular forças para a tentativa do grupo de voltar ao poder estadual em 2010, provavelmente com Paulo Souto, ancorado na candidatura tucana à Presidência da República.

Especulações à parte, no cenário pré-eleitoral de 2008 na capital, o deputado Nelson Pelegrino está em dificuldades para alavancar sua candidatura no PT e a deputada Lídice da Matta presa à estratégia de ampliação de bases do governador. Como não há sinais de entendimento prático entre esses dois potenciais candidatos e seus partidos, em torno de uma composição eleitoral que emita uma nova palavra afirmativa sobre o contencioso político e urbano da capital e seus desdobramentos sobre a política estadual, o tradicional eleitorado da esquerda de Salvador fica sem opção competitiva no horizonte. Pode, a exemplo de 2004, ficar refém, num segundo turno, do apoio a João Henrique. Neste cenário o confronto eleitoral do segundo turno em Salvador (João Henrique X Imbassahy) antecipará, através de coadjuvantes, o conflito de 2010 e estimulará o processo em curso de “gedellização” da aliança governista, projetando, em caso de vitória eleitoral nos dois pleitos, um segundo governo Wagner ainda mais refém dessa aliança.

Dessa armadilha o PT e/ou o PSB só podem sair em duas hipóteses, dependentes da hoje ausente palavra afirmativa e de sua *performance* nas urnas de Salvador: tirando João Henrique do segundo turno e a seguir obtendo seu apoio e o de Geddel para um provável confronto com Imbassahy; ou deixando este último de fora e confrontando-se, no segundo turno, com o próprio João Henrique, contando com as improváveis neutralidade do carlismo e fidelidade do prefeito aos seus compromissos com o PMDB.

O primeiro cenário citado - embora de difícil concretização, arriscando abrir flanco a um terceiro, com ACM Neto e Imbassahy no segundo turno - é o melhor dos mundos eleitorais para a chamada esquerda, sem necessariamente ameaçar a aliança de Wagner para 2010. Já o segundo, além de improvável, seria, à primeira vista, eleitoralmente adverso, para a esquerda histórica, no segundo turno e altamente inflamável para a aliança PT/PMDB, no plano estadual. A questão hamletiana que ora se apresenta ao PT e ao PSB é saber se vale arriscar a aliança atual para sair da armadilha plebiscitária que explica, em parte, a importância que seguem tendo movimentos oriundos do carlismo na política baiana após as eleições de 2006 e a morte de ACM.

Neste ponto da esgrima pré-eleitoral (esquina entre reiteração do plebiscito e afirmação de nova palavra política) manifesta-se a questão que intitula este trabalho: a mudança política em curso na Bahia representa revezamento da elite governante estadual (Schumpeter) ou se trata de mais um capítulo do contínuo movimento de circulação (Pareto) que a caracteriza e preserva há décadas? Indo mais adiante na indagação: a elite política estadual pluraliza-se, efetivamente (Dahl), ou continua a vigorar na Bahia a identificação entre elite política e elite governante, ao preço de ter esta última - para governar sem ameaça de contra-elites e a salvo do protagonismo plural dos grupos de interesse - que assumir a feição de um saco de gatos pardos?

Vejamos, no próximo tópico, a que distância estamos, depois do primeiro ano do novo governo, de uma resposta a esta questão. Ela conduz o roteiro da avaliação seguinte a se basear nas indicações de superação, ou não, do que atrás supus ser marca distintiva da política carlista: o mix de modernização econômica e conservadorismo político. A superação desse *mix* indicaria a existência, ou não, de uma efetiva mudança política. O suposto é que esta se daria com a emergência de uma elite dirigente distinta da que foi derrotada nas urnas em 2006, sem prejuízo da manutenção da integridade da segunda, na condição de elite política na oposição, ligada a grupos de interesse fincados na sociedade civil e aspirando recuperar o poder

Logo se vê que não se pretende analisar aqui a *performance* administrativa do Governo, nem mesmo observar, com suficiente sistematização de evidências, os vínculos entre a administração vigente e a política que a sustenta, temas para análises mais detidas, a partir de uma maior disponibilidade de dados, permitida pelo transcurso de um período maior de governo. O ângulo da análise não parte, pois, das prioridades declaradas em campanha pelo atual governador (educação, saúde e geração de trabalho, emprego e renda), nem pretende confluir para o exame do maior ou menor êxito do Governo no cumprimento dessas prioridades. Embora a sua existência (das prioridades assumidas) seja considerada, o que se quer fazer é iluminar aspectos e áreas de atuação do novo governo que sirvam melhor à observação do movimento da(s) elite(s) política(s) do Estado da Bahia, pós 2006.

### **Governo Wagner: continuidades e mudanças**

No plano da modernização econômica não seria razoável esperar grandes vãos do novo Governo Estadual, para além de uma articulação nacional, com o governo Lula e seu Plano de Aceleração do Crescimento. Isto por dois motivos: primeiro porque a federação brasileira vive um momento em que, em nome do social, se centraliza de modo forte, no plano federal, o poder decisório de formulação e controle de políticas públicas, tendência que se acentua à medida em que a figura política do Presidente da República reforça-se mais, em contraste com altos índices de rejeição à ação de importantes instituições nacionais (Werneck Vianna, 2007). Segundo porque desde a campanha eleitoral, o atual governador enfatiza em seu

discurso a articulação com o governo federal – e sua proximidade com o Presidente – como pedra de toque para alavancar a ação em torno das prioridades assumidas por seu governo, das quais especialmente uma – a do emprego - depende diretamente da dinamização econômica do Estado.

Até aqui, portanto, não há sinais de que se alterará o padrão de relação política entre os planos nacional e estadual que caracterizou a modernização carlista: adesão ao modelo econômico vigente no plano nacional e tentativa de colher para a economia do Estado os frutos dessa adesão. Não só o posicionamento do governador, mas a recente *performance* política do Ministro da Integração Nacional indica que os atuais grupos políticos dirigentes do Estado consideram esta uma das boas lições que tempos passados têm a dar aos novos tempos. Não contesto esta percepção e não creio que se deva desejar mudar tudo, até mesmo o que pode ser pragmaticamente positivo.

De um modo geral pode-se dizer que o conjunto dos políticos baianos que atua no plano federal está falando essa mesma língua. Há alguns meses, a presença do deputado ACM Neto e de senadores do DEM numa reunião do governador com a bancada baiana no Congresso foi comentada na imprensa como sintoma de “desanuviamiento” da política baiana, causada pela morte de ACM. Que algum desanuviamiento há, não duvido, mas o fato não se deve a isso, nem este ato politicamente polido expressou, necessariamente, uma busca de aproximação política. O padrão cooperativo de atuação da bancada baiana no Congresso – especialmente quando o assunto é o orçamento federal ou outro meio qualquer de captar recursos para a Bahia – vem de longa data.

Em plena década dos 90, quando o carlismo era força dominante todopoderosa no Estado, altamente influente no governo FHC e o Regimento da Câmara dos Deputados dava liberdade a emendas individuais, este padrão cooperativo se mostrava na elaboração de emendas coletivas supra-partidárias ao Orçamento da União. Souza (2001) explica isso pelo incontestável poder do carlismo, que não deixava qualquer margem de sucesso para emendas individuais partidas de deputados de outros grupos políticos presentes na bancada baiana, nem em termos de chances de aprovação parlamentar, muito menos de posterior liberação de recursos junto ao Executivo.

Hoje, uma situação política diversa – correlação de forças mais equilibrada na bancada, quando o grupo governista não tem uma hegemonia tão clara e os oposicionistas não têm acesso ao Governo Federal – faz com que, por essas outras razões, o padrão cooperativo se mantenha e até se aprofunde, como mostrou matéria de *A Tarde*, do início de julho, antes, portanto, da morte de ACM. Lá está a notícia de amplo acordo entre parlamentares baianos dos mais variados partidos, em torno de 14 emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que balizará a elaboração do Orçamento Federal de 2008, todas contendo obras e investimentos infra-estruturantes de atividades econômicas, com destaque para malhas rodoviária e ferroviária integradoras do Estado no sentido oeste-leste, para escoamento de sua produção.

Temos, então, que em termos de perspectivas econômicas para a Bahia, nos tempos Lula-Wagner, em comparação com a era FHC-carlismo, a linha de continuidade é mais forte que a da mudança. Continuidade, não exatamente de uma mesma política (embora sejam parecidas), mas de atitudes cooperativas, tanto da representação parlamentar para com o governo estadual, como deste para com a política do governo federal. Resta ver se os frutos econômicos serão tão marcantes e seus desdobramentos sobre o quadro social tão magros como nos tempos carlistas ou



se, nesta continuidade de forma teremos alguma mudança relevante de conteúdo. Após um ano de governo isto ainda é incógnita.

Mas o critério de avaliação de continuidade e mudança no plano das perspectivas de investimentos federais na Bahia deve valer também para o exame de questões político-administrativas internas ao Estado? Indagado de outro modo, o que vale para avaliar o destino da modernização econômica vale para avaliar o do conservadorismo político? Neste último terreno é de se esperar que não haja lições a assimilar dos tempos carlistas, logo, para ele dirigem-se as maiores expectativas de mudança. Elas estão a caminho?

Há, a meu ver, sinais de que sim, em alguns setores do governo, embora cada vez mais expostos ao risco de serem tragados pela lógica geral de acomodação da área política a costumes políticos tradicionais. Neste aspecto, ressaltarei três setores da administração, de diferentes calibres, em termos de consolidação institucional, recursos materiais e influência na pauta de prioridades do Governo.

O impulso de mudança fez-se logo visível na Saúde, onde foram introduzidos conceito, objetivos e diretrizes diversos daqueles praticados pelos governos anteriores. Por isso não demoraram a surgir conflitos envolvendo segmentos sociais diretamente ligados à prestação de serviços públicos na área, notadamente cooperativas médicas detentoras de vultosos contratos (agora questionados) com as gestões anteriores, para alocar médicos nos hospitais públicos, suprimindo lacunas decorrentes da não realização de concursos.

Se a nova política – que envolve iniciativas de concursos e desconcentração regional do atendimento médico-hospitalar – prevalecerá ou se desfigurará, é cedo pra dizer, pois a formulação técnica, por si só, não garante o êxito e requer compatível estratégia política e hábeis procedimentos, cuja presença tem sido, no mínimo, duvidosa. Mas salta aos olhos que o novo conceito existe, está formulado de modo consistente, conforme tradição de um longo movimento de saúde, tem cobertura política do governo como um todo – que a inclui entre suas prioridades assumidas – respaldo partidário, capilaridade nos meios médico e acadêmico e recursos financeiros garantidos institucionalmente por repasses federais com gestão local, pelo mecanismo do SUS.

Tudo isso confere condições de se empreender na Saúde mudanças mais ousadas do que em outros setores em que igualmente há um claro impulso pela mudança, mas não as mesmas condições materiais, nem o mesmo respaldo sistêmico: refiro-me, por exemplo, ao setores da Cultura e o da Justiça e Direitos Humanos, cujas diretrizes até aqui anunciadas contrastam de modo flagrante com a postura anterior, mas as incertezas sobre a sua sustentabilidade material e sobre a prioridade e visibilidade que têm ou terão na estratégia política do Governo tornam incertas também a durabilidade do impulso e a profundidade das mudanças factíveis.

No caso da Cultura, a nova gestão no setor, além de, com a (re)criação de uma secretaria específica, revogar a sua subordinação à política de turismo do estado<sup>10</sup>, também anunciou e começou a implementar iniciativas ousadas, passando a veicular um conceito de cultura que inclui, mas transcende, o campo das modalidades de expressão artística, para incorporar práticas sociais em sentido amplo. E passou a agir

---

<sup>10</sup>Ao reassumir o poder estadual, em 1991, o carlismo fundiu numa só secretaria as áreas da cultura e educação, sob hegemonia da segunda, extinguindo a Secretaria da Cultura, criada em 1987, no governo Waldir Pires. Em 1995 o governo Paulo Souto operou nova mudança, criando a Secretaria de Cultura e Turismo. O atual governo desfez a fusão separando, em pastas distintas, as áreas de cultura e turismo.

no sentido de reverter o que chama de política particularista dos governos anteriores, cujos benefícios estavam, segundo a mesma crítica, dirigidos a um relevante, mas restrito plantel de artistas consagrados e grupos estabelecidos e a uma clientela vinculada a empreendimentos ligados à indústria do entretenimento, concentrada em Salvador. O novo discurso enfatiza o apoio a uma maior diversidade de manifestações culturais, sua desconcentração regional, introdução de procedimentos universalistas – centrados em editais – e promoção da participação da sociedade na definição de prioridades do setor. Nessa linha realizou-se uma Conferência Estadual de Cultura, que mobilizou agentes culturais de diversas classes e camadas sociais, grupos e movimentos culturais, associações civis e partidos políticos em 390 municípios da Bahia, sinalizando um processo de democratização, com participação estimada em cerca de 40 mil pessoas<sup>11</sup>.

Contudo, a carência de pactos políticos realistas que sustentem propostas de mudanças em ambiente cujo *status quo* possui alto poder de reverberação levou a vigorosa contestação da nova política por relevantes personalidades de uma intelectualidade acostumada a ser valorizada, com destaque midiático e publicitário, pelo grupo governante anterior. Como na Saúde, o nível de costura política tem sido insuficiente para promover mudanças num ambiente onde a tradição fala muito alto. Com o agravante de que à área da cultura faltam recursos materiais, estrutura institucional e maior apoio sistêmico e comunicacional, por parte do Governo que integra.

Uma outra área que acenou claramente com um novo conceito foi a da Justiça e Direitos Humanos, cuja secretária é uma jurista com história de luta por direitos humanos e quadro acadêmico de sólida reputação. Desde logo imprimiu ao discurso da pasta um forte conteúdo republicano, avesso a tradicionais visões conservadoras que secundarizam a questão dos direitos em proveito de uma concentração em temas da gestão do sistema prisional com base em lógicas repressivas. Esta nova concepção encontrou numa rebelião em um presídio de Salvador, logo nos primeiros meses do governo, uma ocasião para se mostrar, pedagogicamente. A mediação e resolução do conflito logrou combinar o exercício da autoridade do Estado com a aceitação de um grau inusitado de interlocução com os rebelados, tomando como premissa a admissão pública, pelo Governo, tanto das dificuldades materiais, tecnológicas e de recursos humanos para reprimir o crime nos presídios, quanto a realidade de determinadas situações de desrespeito a direitos dos presos.

Porém, mais ainda do que na Cultura, a gestão na Justiça e Direitos Humanos carece de recursos materiais, de musculatura institucional e de visibilidade no discurso geral do Governo. As dificuldades de implementação da política traçada terminaram envolvendo, recentemente, a secretária num paradoxal conflito com segmentos do movimento negro que, a partir de uma controvérsia administrativa acerca da demissão de um auxiliar negro, dispararam contra ela a acusação de racismo institucional. É de notar o contraste entre uma imediata reação de outros segmentos da sociedade civil em solidariedade à secretária e o quase silêncio do próprio Governo, indicador de que este não considera relevante, para a sua imagem política geral, as sinalizações de mudança emitidas naquele setor da administração. Esta situação expõe a secretária a um desgaste que não permite ainda aquilatar se pode reverter o impulso de mudança nesse setor.

Se nos setores citados houve sinalização de mudanças, em outros a opção inicial foi, claramente, a da continuidade. Essas opções podem causar satisfação ou

---

<sup>11</sup> *Plug Cultura* – Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Salvador, n.2, p.8, jun.-dez. 2007; *Jornal A Tarde*, 28.12.07 – Caderno Especial “Perspectivas 2008”.

preocupação, conforme o ponto de vista de quem analisa. Na área da Fazenda, por exemplo, coração da dimensão sistêmica do Governo, parece ter prevalecido a prudência. Este fato chega ser trivial, racionalmente explicável pelo fato de que se ali houvessem sido atendidos os apelos de mudança partidos de áreas sindicais do PT, possivelmente haveria um certo comprometimento da ação, dado que esta é uma das áreas em que foi feito, recentemente, um intenso e o continuado esforço de formação e aperfeiçoamento de quadros técnicos. Isto não é tudo, é claro, mas convém não subestimar este patrimônio tentando reinventar a roda. Ao que parece o governo está consciente disso e, assim, a continuidade na Fazenda pode ser qualificada de benigna.

Outros sinais de continuidade, no entanto, têm dado lugar a críticas e crescentes preocupações. Até que ponto, por exemplo, na área da Segurança Pública não haveria necessidade de um impacto de mudança maior? A decisão inicial foi a de entregá-la a um delegado da Polícia Federal, em consonância com tendência atualmente verificada em vários estados, em contexto de clamor por institucionalização de uma política nacional de segurança pública da qual o Pronasci é pedra angular. E ao lado da sintonia com a tendência à federalização dessa política pública, decidiu-se manter o Comando anterior da PM, tudo isso calçado numa formulação conceitual de que a polícia é do Estado e não do Governador. Tudo bem, mas são tênues e sutis os limites entre esse conceito republicano e seu desvio corporativo, que se traduz, nos estados, numa crescente autonomia das PMs diante das orientações de Governo.

É uma área sensível e por isso compreende-se também aí a prudência do Governador, inclusive para que a idéia de mudança não se reduza à de uma troca de guarda, digo, de quadros. Mas será que o aumento dos índices de criminalidade admitido pelo atual Governo resulta apenas de maior publicidade e transparência dos dados fornecidos ou, além disso, há sinais de trincamento da estrutura policial, que precisa ser enfrentado com uma mudança mais efetiva de diretriz e de procedimentos?

A partir do final de 2007, os receios de excessiva autonomização da PM e de aumento da insatisfação da Polícia Civil em razão de não contar com um quadro seu no comando da Secretaria, tradicional recurso para compensar a autonomia dos militares, foram confirmados, levaram o setor a uma crise e culminaram na queda do Secretário. Uma escalada de ações violentas e desastradas, perpetradas pela PM contra jovens negros e comunidades periféricas em nome do combate à marginalidade colecionou assassinatos que se mantêm impunes sob o silêncio complacente das autoridades do Governo, como se a polícia, além de não lhe pertencer, também não lhe devesse explicações. Nada mais eloqüente para vulnerabilizar a imagem de mudança buscada pelo novo Governo, ou para traduzi-la como “mudança pra pior”, como tem feito em campanha publicitária, a bancada carlista na Assembléia Legislativa.

A recente mudança do secretário de Segurança Pública e do Chefe da Polícia Civil ainda não pode ter seus efeitos avaliados. Mas há que se considerar que no posto está, novamente, um delegado da Polícia Federal e que a substituição do comando da Polícia Civil ainda não se fez acompanhar de análoga providência na PM. Portanto, permanecem em cena, ao que parece, os ingredientes da crise anterior.

Entre os exemplos de continuidade e de mudança, há pelo menos um caso de aparente ausência de diretriz clara e pactuada, em um ou em outro sentido, dentro do governo ou entre este e seu campo de estruturação política. Refiro-me ao setor da

educação, um dos três eleitos como prioridade pelo candidato Jacques Wagner na campanha de 2006 e recentemente reafirmados em entrevista do governador<sup>12</sup>.

Após uma greve prolongada de professores no primeiro ano de Governo e o subsequente silêncio oficial sobre o que se tem feito para lidar com o seu rescaldo, salta aos olhos que, se uma nova política de educação de fato existir na intenção dos novos dirigentes, ela tem falhado na comunicação e/ou na sua pactuação com os próprios aliados do governo. Se no caso dos professores do ensino superior pode-se alegar a influência de outros fatores e atores, no caso do litígio com os professores do ensino fundamental e médio ficou evidente que, ao lado da questão social e sindical, havia um problema de disputa de hegemonia entre aliados que torna supérflua a intervenção de qualquer carlista para fomentar o caos, já que este é de fabricação doméstica<sup>13</sup>.

Claro que acordos entre partidos políticos não resolvem, por si só, um contencioso que é social, já que sindicatos não são meras correias de transmissão do governo. Mas não há dúvida de que ajudaria muito, inclusive na negociação com o movimento, se as diretrizes da nova política de educação fossem pactuadas e compartilhadas por todas as forças políticas governistas. Afinal, a educação, além de declarada como prioridade, é um setor em relação ao qual o sentimento social por mudança era e é muito forte.

Dois aspectos chamam a atenção, neste breve balanço setorial, feito através de um vôo panorâmico e por vezes especulativo. O primeiro é que das três prioridades do governo Wagner, apenas a Saúde, não obstante seus percalços, vem sendo conduzida de modo a estabelecer um claro sentido de mudança face à política carlista. A área da Educação segue indefinida e a de geração de trabalho, emprego e renda – apesar de constituir-se também em objeto de Secretaria específica – é fortemente dependente das políticas federais, às quais o Governo tem buscado se acoplar.

O segundo aspecto é a efetividade do poder de refração que grupos sociais estabelecidos em patamares privilegiados no esquema político anterior (cooperativas médicas e hospitais privados, no caso da Saúde, e grupos e personalidades do mundo da cultura) exercem sobre tentativas governamentais de quebrar a inércia do *status quo*, nas áreas em que se optou por mudar a orientação anterior. Nestas áreas a lógica da tradição atua para que, no final das contas, ela prevaleça, tanto quanto nas áreas onde a opção assumida foi de continuidade. Em todos os casos, revela-se a força dos interesses e das perspectivas culturais plantados por décadas de modernização conservadora.

O picotamento setorial do impulso de mudança e dificuldades (onde ele surge), de dialogar com a tradição, modificando-a, reflete escassez de orientação política mais geral e esta, por sua vez, denota a improbabilidade de já haver, na Bahia pós-carlista, uma nova liderança política (SARTORI, 1994) consistente e abrangente, que possa se respaldar, com êxito, em interesses sociais diversos daqueles que influíam unilateralmente nas decisões de governo, durante o período carlista. Isso sem prejuízo da continuidade de alguma influência atual desses últimos grupos, nos marcos de uma competição de tipo poliárquica, isto é, em que não apenas UMA elite governa.

---

<sup>12</sup> Jornal *A Tarde*, 28.12.07 – Caderno Especial “Perspectivas 2008”

<sup>13</sup> A entidade sindical dos professores que conduziu a greve é dirigida sob influência do PC do B, um dos partidos da base aliada do governo Wagner, e entre ela e o secretário petista do setor deu-se uma “queda de braço”, conduzida em condições de grande radicalização,

Para melhor iluminar esta proposição, é preciso pôr o foco da discussão diretamente na orientação política mais geral do novo Governo ou, em outras palavras, na estratégia política que parece estar orientando os movimentos do Governador no território da sociedade política. Mais do que em qualquer setor, aí se pode procurar indicações sobre se há uma renovação da elite política no Estado, no sentido poliárquico (Dahl) - ou, ao menos, pela entrada em cena de nova elite governante para competir, agora e adiante, com a que foi derrotada nas urnas (Schumpeter) - ou se assistimos a uma pactuação dos novos dirigentes do Estado com a elite anterior.

Não há, por ora, conclusões neste terreno. O processo ainda não tem definições claras e dificilmente as terá até que entre em cena, em 2008 e 2010, o eleitor, ator relevante numa democracia, ainda que não determinante em momentos de articulações intra e inter elites. Prefiro propor uma questão para discutir, uma moldura para uma reflexão.

Referencio-me no cenário que emergiu da eleição. A idéia de renovar a política baiana “por dentro” do carlismo foi derrotada pela idéia de renovar a política baiana mandando o carlismo para a oposição. Isto significa que a afirmação do novo campo político governante requer a explicitação de algum contraste com o que lhe antecedeu, contraste este que não apenas precisa se dar nas políticas setoriais, mas muito principalmente ficar visível no discurso geral do governo e na composição de seu arco de alianças, porque só assim a nova liderança política alcançará, para além do controle dos postos de governo, a identidade política que lhe conferirá um poder mobilizador de opinião, que é o traço mais autêntico da liderança política. Traço, aliás, é bom reconhecer, que o carlismo, ao seu modo, nunca deixou de possuir, ao apelar ao carisma de uma liderança pessoal.

No caso do novo grupo dirigente do governo baiano, o desafio de ocupar, além dos cargos de governo, a liderança política efetiva do Estado, passa por afirmar uma identidade outra, de política bidimensional: vertical no exercício republicanamente inflexível da autoridade política legítima, mas horizontal no reconhecimento democrático do protagonismo simultâneo de uma sociedade civil vista como espaço público de cidadãos politicamente ativos, contracenando com uma sociedade política plural e competitiva, que reflita a diversidade real do mundo social. E esta política diferenciada, por sua vez, depende, para se tornar compreensível junto à opinião pública organizada ou difusa e junto ao eleitorado, de uma *performance* administrativa convincente e coerente com ela, situação só possível de almejar se o objetivo de governar tiver prioridade sobre o de reeleger o governador.

Esta necessidade política de mobilizar pela afirmação de uma identidade não pode ser subestimada, no caso do novo grupo dirigente baiano, sob pena de se incorrer na mais lamentável das continuidades, que seria reduzir toda a política à pequena política dos bastidores. Cabe aqui uma alusão à idéia de que este “amesquinamento” da política é “grande política” dos grupos conservadores (GRAMSCI, 2002). Essa grande política, manejada pelo carlismo, ao lado do culto à personalidade do chefe, dava àquela elite política, acesso ao paraíso; imitada pela esquerda, pode levá-la ao inferno, onde, como sabemos, podem terminar indo parar tanto maldosos, quanto bem intencionados.

Penso que, se esta for a trilha – e não a primeira - o governo Wagner e o conjunto de partidos que o sustenta depois de terem derrotado os carlistas pós-carlistas que têm em Paulo Souto a sua mais notória expressão, não se constituirão numa nova elite política. Se tentarem confirmar a idéia da Bahia homogênea, construindo um arco político tendente à unanimidade, um arco em tudo semelhante ao que o próprio Souto almejava construir, servirão como governo de transição entre o

carlismo pós-carlista que derrotaram nas urnas e um outro carlismo pós-carlista, que se encarne adiante nos mesmos ou noutros agentes políticos de uma continuada modernização conservadora. Poderão destruir o grupo carlista, mas infiltrarão a política carlista em seu próprio campo.

Entre essas duas trilhas há, claro, posições intermediárias. Caminhar no mundo real, pensando nele, e não no paraíso, implica avanços, recuos e paradas para descanso. Mas fiquemos atentos ao sentido geral da caminhada que se revela a cada passo ou parada. Esse rumo, em parte circunstância, em parte escolha, definirá o ponto de chegada.

Há indícios de que o governo Wagner não está vacinado contra a sedução de semi-unanidades e de reeleições burocraticamente preparadas pela pequena política. Sua base de sustentação parlamentar é cada vez mais átona, do ponto de vista político e bases municipais oscilam entre interesses estratégicos dos partidos governantes que ainda não ocuparam prefeituras suficientes e os das elites locais tradicionais, empenhadas em aderir. Se este jogo competitivo, próprio da democracia, for deixado a cargo, somente, de jogadores profissionais, tende a se converter em jogo morno, de cartas marcadas. Felizmente – e isto também é próprio da democracia – a participação política e eleitoral terá, como em 2006, um papel a jogar.

\*\*\*\*\*

## REFERÊNCIAS

DAHL, Robert. (1997). Poliarquia. São Paulo: EdUSP.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. (2002). Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista. Disponível em: <<http://apicucos.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.html>> 2002.

\_\_\_\_\_. (2003). “Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista”. *Caderno CRH*; Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, n.39, jul./dez.

\_\_\_\_\_. (2005). “Fogo e fumaça: a fabricação de um plebiscito nas eleições municipais de 2004 em Salvador e sua duvidosa consumação”. in: CORTEZ, Hugo & HERMANNNS, Klaus (orgs.). *Nordeste, 2004: o voto das capitais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer; 2005.

\_\_\_\_\_. (2006). “O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual”. in: C. Souza, C. & P.F. Dantas Neto (orgs.): *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. Rio: Revan.

GRAMSCI, Antonio. (2002). *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. 3ª ed. Rio: Civilização Brasileira.

PARETO, Vilfredo. (s./d.) “Forma y equilibrio sociales”. in: V. Pareto, *Tratado de sociologia general*. Alianza Editorial (p.11-39).

SARTORI, Giovanni. (1994). *A teoria da democracia revisitada*. S.Paulo, Ática, v.1: O debate contemporâneo.

SCHUMPETER, Joseph (s./d.) *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio, Fundo de Cultura.

SOUZA, Celina. (2001). “Federalismo e conflitos distributivos: disputas dos Estados por recursos orçamentários federais”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 46(2): 345-84.

WERNECK VIANNA (2007). *O Estado Novo do PT*. Disponível em Gramsci e o Brasil / La Insignia, julho de 2007.